

Suplemento BH 100 e as galerias da memória

Valdeci da Silva Cunha

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

“Suplemento BH 100” and the memory’s galleries

Resumo

O presente artigo analisa o jornal cultural *Suplemento* que trouxe como tema o aniversário do centenário de inauguração da cidade de Belo Horizonte, ocorrido em 1997. A leitura de suas 24 páginas nos sugere algumas possibilidades de investigação. Para este estudo, iremos considerá-las organizadas como galerias abertas à memória. Como uma exposição de arte, a ordem e os caminhos a se percorrer estariam, nessa perspectiva, abertos à visita do interessado ou curioso em conhecê-las. Fenômeno marcado por dimensões simbólica (produção de imagens) e relacional (presença ativa de sujeitos interlocutores), a publicação nos sugere um lugar possível para se pensar os embates pela memória e as tensões correlatas que estão presentes tanto no campo estrito da política, assim como no campo mais amplo da cultura e do político.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Centenário; Suplemento; Galerias da memória.

Abstract

This present article analyzes the special edition of the cultural journal *Suplemento* that brought as theme the centenary anniversary of the inauguration of the city of Belo Horizonte, event that occurred in 1997. The reading of the journal’s 24 pages suggests some research possibilities. For this study, we consider them organized in a way similar to galleries open to memory. As an art exhibition, the order and the ways to take would be, in this perspective, open to visitors interested to discover them. As a phenomenon marked by symbolic dimensions (image’s production) and relational (active presence of interlocutors), the publication suggests a possible place to think about the struggles for memory and the related tensions that are present in both the strictly field of political as well as in wider field of culture and political.

Keywords: Belo Horizonte; Centenary; Supplement; Memory’s galleries.

I n t r o d u ç ã o

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala.

O fio e os rastros, de Carlo Ginzburg (2007).

O aniversário do centenário de inauguração da cidade de Belo Horizonte, em 1997, teve a capital mineira, como se era de esperar, como centro e palco das comemorações. Durante o desenrolar daquele ano, assistiu-se à publicação de livros, organização de eventos esportivos, científicos e culturais, e à cobertura das diversas mídias, como jornais, rádio e TV.

Para as professoras Regina Helena Alves da Silva e Vera Regina Veiga França, em um artigo publicado em 1998 e fruto de uma pesquisa ampla com o projeto *Belo Horizonte, 100 anos depois: as novas condições da experiência*,

O evento “centenário” foi assumido oficialmente pelo poder público. A comemoração consistiu, basicamente, num calendário de eventos organizados diretamente pela administração municipal ou em parceria com outras instituições, e na disseminação ampla da marca do centenário. Incorporadas a esse calendário oficial ou paralelamente a ele, proliferaram iniciativas de várias ordens – restauração de lugares, eventos de resgate da memória, lançamento de livros, encenação de peças teatrais, campeonatos esportivos, conferências científicas – tudo

relacionando-se, direta ou indiretamente, ao tema do centenário (SILVA & FRANÇA, 1998, p. 430-431).

Fenômeno marcado por dimensões simbólica (produção de imagens) e relacional (presença ativa de sujeitos interlocutores), como podemos perceber nas análises de Silva e França, o evento também nos sugere um lugar possível para se pensar os embates pela memória e as tensões correlatas que estão presentes tanto no campo estritamente da política¹ assim como no campo mais amplo da cultura e do político².

1 Foi durante a administração do prefeito Célio de Castro (PSB), que tomou posse em 1º de janeiro de 1997, que se realizou o centenário, mas algumas medidas já vinham sendo tomadas na administração anterior, de Patrus Ananias (PT), como, por exemplo, a recuperação de lugares da cidade considerados importantes para a preservação da memória ou lançamentos de publicações apoiadas pelo poder público municipal, em consonância com a ideia de um resgate da história da cidade.

2 Há uma discussão no campo da história sobre o conceito de político que faz referência a fenômenos de maior abrangência, ao invés de formas tradicionais de se pensar a política. Tributário das discussões no campo da historiografia, marcadamente a francesa sobre a “nova história política”, o conceito ganhou força ao ser usado para a investigação e estudo de organizações, formas de agremiação, manifestações artísticas etc. que extrapolavam os limites da política oficial ou instituída. Ver, entre outros, Rosanvallon (1995) e Rémond (2003).

Vale destacar que, através de uma rápida pesquisa pela Internet, foi possível encontrar uma série de informações para uma pesquisa que tenha o centenário como tema. Acredito que esse fato possa ter, entre outras possibilidades de explicação, o pouco tempo decorrido do evento, menos de duas décadas, e por ser Belo Horizonte uma cidade relativamente nova, fatos que a tornam alvo e objeto do desejo/interesse da produção de memórias. Tema central para as pesquisas em ciências humanas, de um modo geral, e para a história, em particular, as tensões e disputas em torno da memória e as temporalidades que a envolvem sugerem algumas possibilidades para o estudo das comemorações do centenário da capital mineira. Nesse sentido, selecionamos o número especial do *Suplemento* de dezembro de 1997, publicação da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, impressa nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado.

Em 1992 o *Suplemento* teve as suas ati-

vidades interrompidas. Ao retomá-las, em 1993, o impresso passou a circular mensalmente, e não mais semanalmente, como desde sua criação, em 1966, e a pertencer à Secretaria do Estado de Minas Gerais.³

A leitura de suas 24 páginas nos sugeriu algumas possibilidades de análise. Uma delas seria tomá-las como organizadas como galerias abertas à memória. Como uma exposição de arte, a ordem e os caminhos a se percorrer estariam, por hipótese, abertos à visita do interessado ou curioso em conhecê-las. Com textos de menor tamanho, dadas as características próprias do impresso, um caderno cultural publicado mensalmente e distribuído pelos principais pontos culturais da cidade, incluindo as várias faculdades e a Universidade

³ Desde sua criação, em 1966, até o ano de 1993, o *Suplemento Literário* esteve sob responsabilidade da Imprensa Oficial, sediada na cidade de Belo Horizonte. Ao retomar suas atividades, teve o seu nome mudado e reduzido apenas para *Suplemento*, nome que mantém até hoje, como publicação da Secretaria de Cultura do Estado.

Federal de Minas Gerais, de forma gratuita, tomaremos seu conteúdo como fragmentos de cultura, reforçado pelo seu caráter ensaístico. Como Walter Benjamin (2006), para quem o ato de colecionar e juntar fragmentos nos parece ter orientado suas formas de pensar a história e compreendê-la, ou Carlo Ginzburg (2007), para quem o seu contar historiador serve-se dos rastros no intuito de ligar, ou religar, o vivido em relatos históricos, pretende-se, neste ensaio, entrar nesse labirinto, nessas passagens/galerias, com o olhar misto de historiador, detetive e *flâneur*⁴, numa aventura do perder-se pelas nervuras dessa memória. Para o fim desejado, tomamos a publicação como (também) um espaço possível da cidade, por essa se encontrar conectada às várias dimensões de sua circularidade cultural, em sintonia com o que Georg Simmel (1902 apud VELHO, 1973) chamou de “intensificação da vida nervosa”⁵.

Começamos por sua capa (Imagem 1). Uma primeira visada já é suficiente

4 Uma boa reflexão sobre o *flâneur* e o detetive nos espaços urbanos pode ser encontrado em Frisby (2007) e Kuster e Pechman (2014).

5 Uma instigante discussão sobre novos espaços nas cidades, do ponto de vista da arte contemporânea, mas muito útil para se pensar outras manifestações culturais e suas relações com a memória, encontra-se em Martín (2014).

para depararmos com um desenho/detalhe do *Monumento da Terra Mineira*, estátua de bronze que homenageia os heróis da Inconfidência, presente no largo da *Praça da Estação* (Praça Rui Barbosa). Facilmente localizável por um morador atento ou por um visitante que transita pela cidade de Belo Horizonte, a escolha da praça também pode ser entendida pelo seu valor simbólico para a história da cidade. Como nos informam Silva e França (1998, p. 438), ela é o lugar “que simboliza a entrada da cidade desde o seu início: a estação ferroviária”. Um efeito possível que nos sugere ter sido buscado é de um amistoso convite para um passeio pela cidade a partir de sua geografia histórica, o que não deixa de carregar uma certa sentimentalidade e, ao mesmo tempo, já nos colocar o resultado de uma escolha sobre o passado da capital: a conexão com o período colonial e a memória da Inconfidência.

Em sua segunda página, formando um díptico, o impresso apresentou outro desenho/detalhe do Viaduto Santa Teresa, feito pela artista plástica Liane Valle, facilmente identificado por um detalhe de um de seus arcos e um poste de iluminação. Junto à imagem, o impresso trouxe um editorial assinado

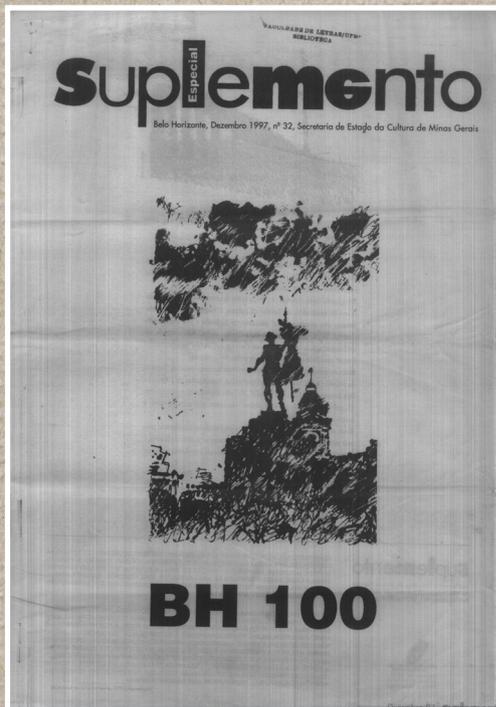


Imagem 1 – Capa do Suplemento (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

pelo então editor do *Suplemento*, Carlos Ávila, em que podemos ler a seguinte chamada: “1897/1997: Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, completa cem anos. Cidade planejada, nascida sob o signo do novo, BH é hoje um expressivo centro produtor de arte e pensamento” (ÁVILA, 1997, p. 2). Ainda em apresentação do número especial do impresso, afirmou que os “ensaios, fotos, desenhos e poemas – todos enfocando a cidade de diversos ângulos, através de visões variadas do ‘tecido’ urbano, tecido que se transforma em texto” formariam uma “teia de reflexões criativas”. Esse “material [...] – inédito e preparado especialmente para esta edição do Suplemento – busca homenagear a BH centenária e planetá-

ria, que faz do tensionamento entre passado e presente, um vetor para o futuro” (ÁVILA, 1997, p. 2).

O ponto central que irá perpassar o sentido do conteúdo selecionado, como veremos no desenrolar deste ensaio, essa tensão entre passado e presente, como “um vetor para o futuro”, pode ser identificado como um dos pontos de relevância para as discussões e definições sobre a modernidade. Tensões que ora podem ser resolvidas com um rompimento (ou esquecimento) com o passado, se é que pode ser efetivamente alcançado, como sugerido na tradição iluminista; ora como inseridas em uma dialética de superação, como na tradição marxista, ambas guardam com o futuro um horizonte de esperança.⁶

Em estudo hoje pode ser considerado um clássico para se pensar a modernidade, Marshall Berman nos informa uma lógica similar de captar essa relação entre passado, presente e futuro.

O argumento básico do livro [*Tudo que é sólido desmancha no ar*] é, de fato, que os modernismos do passado podem devolver-nos o sentido de nossas próprias raízes modernas, raízes que remetem a duzentos anos atrás. Eles podem ajudar-nos

⁶ Uma instigante discussão sobre o caráter atemporal de um processo de modernização, mas específico para o caso da cidade de Viena, pode ser encontrado no estudo de Schorske (1988).

a conectar nossas vidas às de milhares de indivíduos que vivem a centenas de milhas, em sociedades radicalmente distintas da nossa - e a milhões de pessoas que passaram por isso há um século ou mais (BERMAN, 1987, p. 34).

Nossa sugestão é que o *Suplemento* fez um movimento similar em busca de “suas raízes” modernas, assim como da cidade de Belo Horizonte. Lançamos, então, algumas perguntas: quais os elementos do passado foram movimentados para a criação desse referencial coletivo? Quais repertórios estariam (ou estavam) disponíveis para serem acessados nessa narrativa sobre o passado, presente e futuro? Se um aniversário é um momento de (co)memoração, como se deu essa configuração? Para tentarmos lidar com essas questões, e outras que surgirão à frente, vamos caminhar mais um pouco pelas galerias desse impresso.

Abrindo a seção de ensaios, nos deparamos com um texto de Fernando Correia Dias intitulado *BH intelectual segundo Drummond* (Imagem 2). Acompanhando a narrativa de Dias, foram utilizadas três fotografias de Drummond pela cidade de Belo Horizonte.⁷ Para o autor, seu ensaio

⁷ Conforme Dias (1997), seguindo o fluxo linear das páginas, o *Suplemento* trouxe uma fotografia de Drummond e sua esposa Dolores, passeando por Belo Horizonte no ano de 1932 (p. 3), uma de Drummond e Maria Julieta, em Belo Horizonte, em 1931 (p. 5) e, por fim, uma de Drummond sozinho, em Belo Horizonte, em 1932 (ao que parece uma imagem muito usada do escritor caminhando pela Avenida Afonso Pena).

sobre o escritor itabirano foi movido pelo interesse em “desvendar pela releitura de textos dele [Drummond], especialmente das crônicas publicadas (sob pseudônimo) no *Minas Gerais*, dos poemas (em particular dos de *Boitempo*) e de alguns depoimentos dados pelos meios de comunicação de massa”, dentre outras coisas, como Drummond encarava o ambiente intelectual em Belo Horizonte.

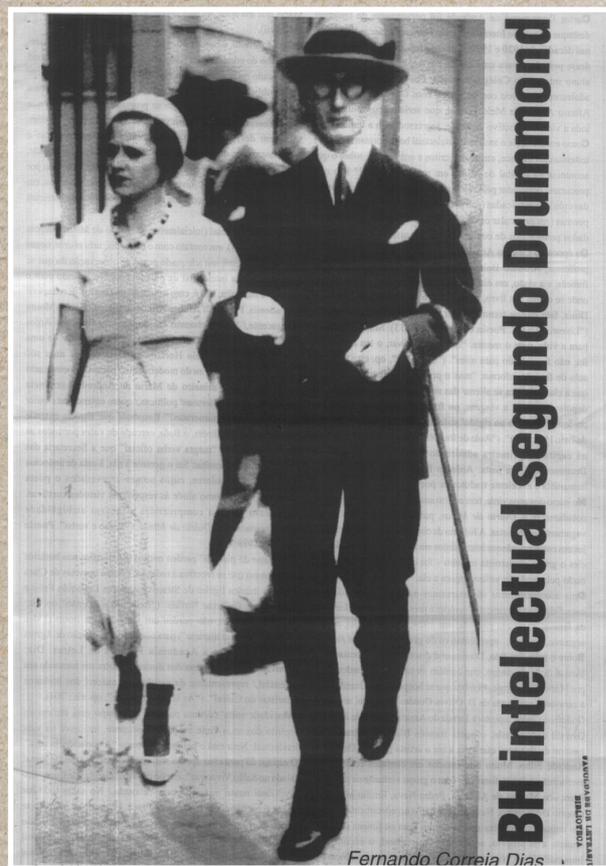


Imagem 2 – BH Intelectual segundo Drummond (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Para Dias, “Carlos Drummond de Andrade foi um personagem de inegável destaque no mundo literário de Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930: o intenso tempo modernista” (DIAS, 1997, p. 4).

Dias também se refere às participações do escritor na imprensa mineira. Para ele, nas redações dos jornais, “inicialmente o *Diário de Minas* e depois no *Minas Gerais*”, Drummond esteve em contato “com um adequado posto de observação do que se passava na vida intelectual da cidade”. Como cronista, destacou as publicações no *Minas Gerais*, sob os pseudônimos de Antônio Crispim e Barba Azul, entre 1930 e 1934, que, de “confessadamente frívolas”, elas “só o são à primeira vista”. Para Dias, “elas captam o novo nas relações sociais de um meio urbano de província; em outras palavras, novos modos de sociabilidade, trazidos pela moda, pelo esporte, pelo telefone automático, pelo hábito do cinema, pelos cursos, pela convivência nos bondes”. Seriam “tópicos da vida intelectual” (DIAS, 1997, p. 6).

Segundo Dias, “pelos rápidos exemplos aqui trazidos”, que poderiam ter sido o “embrião de ensaio mais extenso”, nota-se uma ambivalência de Drummond diante de Belo Horizonte, que para o pesquisador seria de natureza sociológica: “sob vários aspectos, especialmente entre o moderno e o tradicional, mas percebe-se a valorização indiscutível que emprestava às iniciativas frutuosas que

se tomavam no plano intelectual”. Nesse momento, 1997, Dias chama a atenção para publicação das cartas de Drummond a Mário de Andrade, livro então não publicado, que teria por quase certo o poder de “revelar melhor suas impressões [de Drummond] da vida intelectual de Belo Horizonte” (DIAS, 1997, p. 6).⁸

Quebrando um pouco a lógica da recuperação/rememoração dos primeiros modernistas mineiros, localizados nas décadas de 1920 e 1930, o *Suplemento* destinou duas páginas para a poesia produzida na contemporaneidade da publicação. Intitulado *Memorial do Horizonte* e escrito pelo poeta Ricardo Teixeira de Salles, o poema traça, a partir de lugares antigos e novos da capital, um panorama de alguém, a exemplo de um *flâneur*, que passeia pela cidade, entre lugares já inexistentes e atuais. Dentre essas passagens, destacamos uma que nos sugere esse trânsito entre o passado e o presente e suas tensões.

As senhoras mais antigas, mais serenas, recatadas/ pigarreiam sobre o que não se fala, aquilo que contraria,/ e pelo o que transparece nos olhares, estamos entendidos./ Conservadora e libertina, a cidade

8 O livro que Dias faz referência foi lançado no ano de 2002 pela editora Bem-te-vi, do Rio de Janeiro e organizado por Lélia Coelho Frota sob o título *Carlos & Mário – correspondência*.

se equilibra/ entre contrição e o álcacre discurso da boemia/[...] O fantasma de *Aarão Reis* observa e sorri/ entre perplexo, circunflexo e confuso, mas satisfeito (SALLES, 1997, p. 11).

Agora entraremos na “sala” sobre a criação e inauguração da nova capital mineira, representadas pela pena do escritor sabarense Avelino Fóscolo, misto de criação ficcional e de um observador das mudanças de seu tempo. Publicado na coluna intitulada *ARQVIVO*, o texto trouxe como subtítulo *Avelino Fóscolo 1864/1944* e foi assinado por Letícia Ma-

lard (Imagem 3). Como ilustração do ensaio, foi publicada uma imagem de Fóscolo já com idade avançada, o que lhe conferiu um ar grave, de austeridade, contrário das mencionadas que traziam o poeta itabirano, já referidas nesse ensaio.

Para Malard (1997, p. 13), “poucos sabem que existiu uma testemunha ocular e ao mesmo tempo literária da construção e dos primeiros tempos da capital mineira”. Não se trataria de um romance histórico, no sentido estrito do termo, mas nele se entrecruzariam “História e Literatura, realidade e ficção, dentro das coordenadas com que se fazia o chamado ‘romance social’ no princípio deste século”. Em sua leitura, Malard mostra os principais pontos que se entrecruzam na narrativa de Fóscolo, o histórico e o ficcional, por assim dizer, no que diz respeito às questões que perpassam a estrutura do livro. Faz um apanhado geral das questões que envolveram a posse da terra, dos imigrantes, as avaliações e especulações dos moradores locais sobre a construção da nova sede do governo, seus conflitos com os “forasteiros” etc. Segundo a autora, a narrativa de Fóscolo “comprometida com as ideias do anarquismo-libertário de fins do século XIX, era, como dizem os espe-

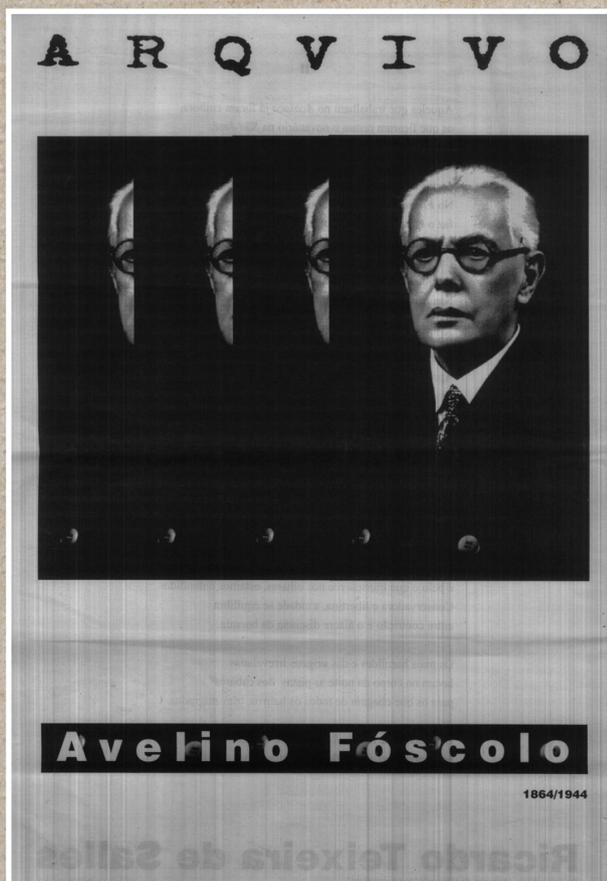


Imagem 3 – ARQVIVO Avelino Fóscolo (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

cialistas, avançada na temática e conservadora ou despreocupada no que tange às demais questões inerentes ao literário” (MALARD, 1997, p. 13). E complementa:

[...] a inauguração da capital é um dos pontos curiosos do romance. Descreve-se a chegada de funcionários públicos, camponeses, soldados e burgueses, vindos de toda a parte. Tem destaque os camponeses - que andaram três léguas para a festa - com suas roupas: os homens, de brim mineiro; as mulheres, com um lenço em volta do pescoço, arrematado por um broche no peito; as crianças, de sapatos largos e pesados, sem meias (MALARD, 1997, p. 13).

Sua conclusão nos chama a atenção. Depois de uma breve, mas não menos densa, análise do romance de Fóscolo, Malard conclui que

[...] seria de extrema oportunidade a republicação de *A Capital*, para comemorar o centenário de Belo Horizonte. Sua segunda e última edição aconteceu há 18 anos e está esgotada. As outras obras de Avelino Fóscolo também se acham esgotadas. Portanto, é lamentável que uma cidade, que vem esforçando-se para preservar sua memória, ainda não tenha marcado um encontro de seu primeiro romancista com novas gerações ligadas em cultura literária (MALARD, 1997, p. 13).

Esse desfecho dialoga com algumas

questões já levantadas neste artigo, quais sejam, com o imaginário de uma “cidade sem memória” (e nesse caso, uma memória cultural sobre a sua inauguração e de seu primeiro escritor), o movimento assinalado por Berman (1987) sobre a necessidade de se voltar para as “raízes” da modernidade e as relações de força que as dimensões da memória comportam. Outra questão seria pensarmos quais produtos culturais foram beneficiados pelas iniciativas do poder público em detrimento dos que ficaram esquecidos, como nos sugere a produção literária de Avelino Fóscolo. Menos interessado em emitir um juízo sobre o que deveria ter sido ou não privilegiado, o interesse aqui recai em entender como, hoje, podemos entender essas escolhas e quais as suas possíveis dimensões⁹.

Entremos, agora, em um outro tipo de sala/memória sobre a capital mineira.

9 Por iniciativa da Fundação João Pinheiro, foi montada a “Coleção Centenário” responsável pela publicação de importantes livros sobre a história de Belo Horizonte, em seus vários aspectos. Chama-nos a atenção para a ausência de uma obra ou estudo que se ocupasse com a história da literatura mineira, dado o lugar de importância, se não central, que ocupa na tradição cultural do Estado. Um exemplo importante, nesse sentido, foi feito em relação às artes plásticas na capital, com o livro *Belo Horizonte: um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte* (1997). O catálogo pode ser acessado no endereço: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/colecoes-de-livros/80-colecao-centenario>

A que passaremos a analisar pode ser classificada como uma digressão sentimental de um exilado de Belo Horizonte, um intelectual que dela teve que partir por força de uma conjuntura política: o Golpe civil-militar de 1964 e a escalada de denúncias e perseguições políticas colocadas em prática no final da década de 1960, principalmente com o estabelecimento do Ato Institucional de número 5, o “AI-5”, de dezembro de 1968.

Em *A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos* (Imagem 4), Paulo Augusto Gomes nos relata, em meio a uma narrativa que retoma algumas partes/fragmentos das memórias inconclusas de Vasconcellos, a história de uma amizade entre ambos, recuperada por meio de uma troca de cartas. Segundo o autor, essas cartas estão perpassadas “constantemente [por] um grande amor por Belo Horizonte, cidade do seu encanto nunca esquecida” (GOMES, 1997, p. 14). Para ele, Vasconcellos foi “injustamente dedurado como comunista por um canalha que o invejava e ambicionava os postos

que conquistava”. Ele teria sido “obrigado a deixar o país, ao qual nunca mais voltou. De 1971 a 1979, ano de sua morte, mantivemos longa correspondência, onde aquelas discussões – quase sempre sobre a arte e suas implicações – se prolongaram”.

Sobre a sua vida nos Estados Unidos, conta-nos Gomes que “foi também no estrangeiro que ele produziu algumas de suas mais expressivas obras, o já clássico ‘Mineiridade - Ensaio de caracterização’ e ‘Vida e Obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho” (GOMES, 1997, p. 14).

Vasconcellos teria se movido, segundo Gomes (1997, p. 15), “apenas pelo desejo de enfatizar como às vezes pequenos acontecimentos marcam a vida de uma pessoa, especialmente na infância. Uma espécie de explicação de como uma vida se constrói. Especialmente em minha geração”. Disso sabemos graças à compilação de cartas e fragmentos das publicações feita por Gomes e mencionadas em seu ensaio, o que ele chamou de uma “antologia de textos”.

A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos

Paulo Augusto Gomes



Conheci Sylvio de Vasconcellos quando ele, grande amigo de minha tia, a arquiteta e professora Susy de Mello, passou a frequentar a casa de meus pais, especialmente durante as festas de Natal. Essas eram, então, boas oportunidades para conversas que muitas vezes nada tinham de amenas: em alguns casos, discussões acaloradas, em que eu e ele defendíamos acirradamente nossos pontos de vista, mas sempre dentro de uma convivência cordial, como convinha a dois mineiros da cepa. A partir daí, fortaleceu-se entre nós uma sólida amizade.

Injustamente rotulado como comunista por um canalha que o invejava e ambicionava os pontos que conquistava, Sylvio foi obrigado a deixar o país, ao qual nunca mais voltou. De 1971 a 1979, ano de sua morte, mantivemos longa correspondência, onde aquelas discussões - quase sempre sobre arte e suas implicações - se prolongaram. Foi também no estrangeiro que ele produziu algumas de suas mais expressivas obras: o já clássico "Mineiridade" - Ensaio de Caracterização e "Vida e Obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho", certamente o mais completo trabalho já escrito sobre o grande artista mineiro. Por essas cartas, como se verá a seguir, perpassa constantemente um grande amor por Belo Horizonte, cidade do seu encanto nunca esquecida. Claro que, como em toda relação afetiva intensa, trata-se na verdade de amor e ódio, convivendo lado a lado.

Em 15/12/75, ele me escreveu: "Estive matutando uma ideia extravagante: já que fui e não sou mais, talvez valesse a pena tentar umas "Memórias", e fazer você depositário delas.

Afinal você é meu único ponto de contato sólido com as gerações que me sucederam. O que me ensina a oportunidade de poder contar histórias. Sei perfeitamente que elas não valem

público nem acontecimentos de importância para a coletividade. Coisas que se exigem dos "Diários" publicáveis. Contudo, não é a publicação que me move. Move-me apenas o desejo de enfatizar como às vezes pequenos acontecimentos marcam a vida de uma pessoa, especialmente na infância. Uma espécie de explicação de como uma vida se constrói. Especialmente em minha geração. Não seria uma procura do tempo perdido de Proust mas, ao contrário, uma relação dos tempos encontrados, o que ficou na memória, guardado. É uma ideia meio maluca mas estou pensando nela enquanto o frio reina lá fora".

Pouco depois - em 07/02/76 - chegava nova carta com a primeira parte das memórias já pronta e um aviso: "Gostaria, pois, que você lesse o texto como se fosse um estudo *zôiro* de reações humanas e, principalmente, como um romance qualquer. Sua crítica (muito desejada) delineada neste marco. Esqueça-se que se trata de um seu amigo. Considere a estória como um filme qualquer".

Durante todo aquele ano, Sylvio escreveu febrilmente. Ao final, tinha produzido 248 páginas datilografadas em espaço um, às quais inclusive deu título e definiu intervalo de abrangência: "Tempo Sempre Presente" (1916-1976). Mas, ao dividir a obra em épocas, começou com "Infância" (1916-1923) e chegou apenas até "Juventude" (1934-1941). Depois, não escreveu mais uma linha sequer. Assim, ao morrer três anos depois, deixou suas memórias inacabadas.

Mas não interessa. O que criou é de alta qualidade e bem merecia uma edição caprichada. A narrativa é marcadamente confessional e os fatos principais de sua vida surgem expostos com uma franqueza desconcertante, citados nominalmente todos os envolvidos. Neles, Belo Horizonte é personagem frequente e obrigatória, vista pelos olhos do menino e em épocas posteriores,

o artista plástico Franz Weissmann, que compartilhavam desse ponto de vista. Se, por um lado, podemos pensar em uma cidade sem memória, ou com uma memória por ser construída, por outro nos é sugestiva a imagem de um lugar sem vida intelectual, devido ao fato que as suas "melhores cabeças" nele não ficavam.

O sentimento de ingratidão da cidade, que parece nutrir os comentários de Vasconcellos, se manifesta em outras passagens recolhidas das cartas que enviou para Gomes do exterior.

[...] o que percebo em Belo Horizonte é atípico, peculiar, e não genérico. Trata-se de um sentimento de a-solidariedade humana, inclusive para com amigos *suposed to be*. Principalmente depois da psicanálise, há sempre explicações para comportamentos. Contudo, a persistência de um mesmo padrão em uma comunidade inteira (com as exceções devidas) sobrepõem explicações particulares para definir-se como micro-subcultura local (Carta de 13/12/76) (GOMES, 1997, p. 16).

As imagens movimentadas por Vasconcellos para lidar com o passado/presente/futuro de Belo Horizonte, que para Drummond talvez seja a do seu "quadro na parede", sugerem uma re-

Imagem 4 – A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos (1997).

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Há um misto de melancolia e ressentimento em boa parte do material levantado e exposto no texto em questão. Vasconcellos compartilha, em larga medida, de algumas ideias contidas no imaginário sobre Belo Horizonte como uma cidade em que ninguém estabelece moradia, ou seja, uma cidade que não oferece a seus habitantes oportunidades ou proporciona o desejo de continuidade. Chega mesmo a citar nomes de alguns belorizontinos importantes, como

lação com a temporalidade a respeito da história da cidade¹⁰. Para ele, haveria um período identificado com a “infância”, momento idílico, quando “Belo Horizonte adolecia”, período marcado em suas memórias por aquele em que viveu na cidade, para uma cidade “jovem” [adulta?], de “calças compridas” em que Belo Horizonte, “já [era] uma cidade grande” (GOMES, 1997, p. 15).

Se em “sua” cidade idílica as pessoas se encontravam à rua, se conheciam, havia pequenos comércios, os bairros não eram tão grandes e a cidade não estava cheia de automóveis, a cidade já “adulta” se mostrava em sua fantasmagoria¹¹. Aquela seria o lugar ainda da “virtude”; essa, do “vício”, como analisado por Schorske (2000, p. 53-72).

Não como um *flâneur*, mas mais próxi-

10 Referência ao trecho de um poema de Carlos Drummond sobre Itabira, cidade onde nasceu e não mais viveu, e que teria se tornado, para ele, apenas um “quadro na parede”.

11 Walter Benjamin, em “*Paris, capital do século XIX*” (2006), utiliza-se da imagem/conceito de fantasmagoria para perceber as formas como se manifestou a ruptura estrutural nos âmbitos da cultura, política e sociedade em Paris, no final do século XIX e sob o domínio da produção de mercadorias, do uso do ferro, das reformas urbanas etc. Os fragmentos de Vasconcellos nos sugerem, assim como as leituras dos textos de Benjamin, a perda de uma áurea nas formas de se viver nos centros urbanos. Essa discussão também se aproxima das questões levantadas por Georg Simmel em seu ensaio *A metrópole e a vida urbana* (1902), principalmente nas mudanças experimentadas e vividas pelas pessoas nas cidades com a complexificação das relações sociais.

mo de uma atitude *blasé*, como formulada por Simmel (1902), encontramos Vasconcellos transitando (ou talvez imaginando?) a vida nas ruas de Belo Horizonte. “Rio de Janeiro abaixo; ruas desertas, escuras, tristes. Na esquina com Santos Dumont, o Cassino Montanhês. Comprida e estreita escada com um porteiro em guichê ao lado, na altura do patamar intermediário. Entro ou não entro?”. Em outra passagem, “Belo Horizonte já não era a minha cidade e, de tão ausente dela, não mais a dominava. Multidões agora enchem os passeios da Avenida, principalmente do lado da sombra, onde o melhor comércio e os cafés se multiplicavam” (GOMES, 1997, p. 16).

Em um tom nostálgico e sentimental, mas sem a carga melancólica expressada por Sylvio de Vasconcellos, foram publicados três poemas da escritora e crítica literária Laís Corrêa de Araújo, em uma seção intitulada *Viver em Beagá*. Curtos e sintéticos, bem ao gosto da estética modernista tão presente em sua poesia, *Os Pontos Cardeais*, *O Canon* e *A Epifania* afloram lembranças marcadas pelo sentimento de um bem viver na capital mineira, que remon-

tam o ir ao cinema (Cine MetrÓpole), ao Minas Tênis Clube etc. Em *A Epifania*, o mais sintético dos três, lemos: “Do alto deste cruzeiro/ há cem anos te contemplo” (ARAÚJO, 1997, p. 17).

Andando um pouco mais por essas galerias da memória, por assim dizer, somos levados novamente para as primeiras décadas do século XX de Belo Horizonte. Agora, é a vez do escritor João Alphonsus. Escrito por Antônio Sérgio Bueno, o ensaio foi denominado *O campo e a cidade em Totônio Pacheco* (Imagem 5). Antes de se ocupar propriamente da leitura do romance, Bueno faz uma rápida contextualização da história das cidades, até chegar no momento da escrita do livro de Alphonsus, em 1935.

Campo e cidade são palavras carregadas de conteúdo histórico muito poderoso. Elas traduzem realidades valorizadas de formas diferentes em épocas diversas. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica. Lá está o tradicional contraponto entre inocência e sinceridade no campo e vício e mundanidade na cidade. No bucolismo virgiliano a paz da vida campestre contrapõe-se à guerra civil e ao caos político da cidade (BUENO, 1997, p. 18).

O campo e a cidade em Totônio Pacheco

Antônio Sérgio Bueno



De um salto vamos ao século XVIII, em Vila Rica, onde Cláudio Manuel da Costa tece, numa rede de antêtes, o velho binarismo reducionista:

“Que bem é ver nos campos transladado
No gênio do pastor, o da inocência!
E que mal é no trato, e na aparência
Ver sempre o cortês dissimulado!”

O bucolismo setecentista apresenta o ideal de vida simples propagado pelos arcades como antidoto contra os excessos cultistas e conceptistas. Mas também responde esteticamente aos primeiros gritos de denúncia do inchamento de algumas grandes cidades europeias na primeira revolução industrial. *Fugere urbem. Sequere naturam.*

No Brasil, já na Primeira República, predominam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção do café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira. No início da década de trinta, Minas apresenta ainda muitos bolsões rurais, em que as relações sociais e econômicas pouco se diferenciam das dos séculos XVIII e XIX. Mas, nessa década, os dizeres setecentistas invertem-se: *fugere naturam, sequere urbem.*

O romance *Totônio Pacheco* de João Alphonsus, editado em 1935 pela Companhia Editora Nacional, é uma bela resposta estética àquele momento histórico. Apresenta três grandes partes: na primeira, as ações se passam em uma fazenda do interior mineiro; na segunda e terceira, as ações deslocam-se para Belo Horizonte. O grande choque temático dá-se no contraste entre o congelado feixe de relações sócio-econômicas da fazenda, onde as marcas da escravidão ainda estão vivas, e o ritmo dinâmico da vida na incipiente capital montanhesa.

Mais que esse choque em si, importa que ele é vivido pelo protagonista, o Coronel Totônio Pacheco. Para ele, a fazenda da Grota é espaço primordial de referência:

“(Totônio Pacheco) Voltava da cidade, pela rua São Paulo, andando, lentamente junto aos balaústres da canalização do córrego. Vinha triste. Não tinha o hábito infeliz e moderno de assistir à sua própria vida: vivia somente. Não procurava explorar ou explicar sua tristeza: vinha triste. O marulho da água no canal lhe lembrava a Grota? Ninguém sabia”. (p. 132)

A Grota é o centro do mundo para o Coronel e, como diz Yi-Fu Tuan, o centro conota origem e começo. Totônio Pacheco sente a “falta daquele sentimento particular de centro de uma vasta circunferência ideal abrangendo homens, irracionais, feras, plantas, que totônio sente de certo modo como seu

“No elevador penso na roça
Na roça penso no elevador”
Carlos Drummond de Andrade

Campo e cidade são palavras carregadas de conteúdo histórico muito poderoso. Elas traduzem realidades valorizadas de formas diferentes em épocas diversas. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à antiguidade clássica. Lá está o tradicional contraponto entre inocência e sinceridade no campo e vício e mundanidade na cidade. No bucolismo virgiliano a paz da vida campestre contrapõe-se à guerra civil e ao caos político da cidade:

“Velho feliz! Aqui, em meio a rios conhecidos e entre sagradas fontes, gozarás sombra e frescor!”

Também a poderosa sátira de Juvenal à corrupção da vida urbana confirma o sinal de negatividade colado à cidade:

“Quis tuos in foveam, puer?”

Imagem 5 – O campo e a cidade em Totônio Pacheco (1997)

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras (UFMG).

Em sua narrativa, Bueno retorna à antiguidade clássica, a Roma, ao século XVIII mineiro (Vila Rica e o bucolismo), à revolução industrial, à Primeira República e seu modelo agroexportador, “voltado para a produção de café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira”, à década de 1930, em que “Minas apresenta ainda muitos bolsões rurais, em que as relações sociais e econômicas pouco se diferenciam das dos séculos XVIII e XIX”. Segundo Bueno (1997, p. 18), se-

ria nessa década, entretanto, que “os dizeres setecentistas inverter-se-iam: *fugere naturam, sequere urbem*”.

Sua estrutura narrativa estaria centrada no “grande choque temático” que se dá “no contraste entre o congelado feixe de relações socioeconômicas da fazenda, onde as marcas da escravidão ainda estão vivas, e o ritmo dinâmico da vida na incipiente capital montanhosa”. Para Totônio Pacheco, “a fazenda da Grota é espaço primordial de referência” (BUENO, 1997, p. 18).

Ainda segundo sua leitura, os contrastes entre o espaço urbano e o campo se manifestam no desenvolver de toda a trama, dando à urdidura do romance o seu significado. Eles se manifestariam, por exemplo, no jogo de luz e sombras, do claro e escuro, que demarcariam a passagem de um ambiente para o outro. “Todo o regime de luz da cidade inunda o texto de João Alphonsus. Mas também o regime de sombra, como as escapadas noturnas de Totônio com mulheres nos arrabaldes da cidade: “Corrida até no Barreiro, ceia na Cabana”. Semelhante às relações de Sylvio de Vasconcellos analisadas anteriormente neste ensaio,

Totônio Pacheco também se encontra imerso na modernidade da capital mineira e sobre ela emite impressões e juízos. Ambos sentem os impactos mentais da metrópole, como nos sugere Georg Simmel, ou colocam os indivíduos, mesmo que ficcionais, em contato com as aventuras, mesmo que não vividas dessa maneira, e com as contradições da vida moderna, como definidas por Marshall Berman.

Para Bueno, o personagem, lançado em meio ao turbilhão da vida moderna e seus desafios, emerge como uma entrada possível para se ler aquele momento história da cidade de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Em suas conclusões, a “grotesca metamorfose do Coronel em Carlitos certamente inspirou-se no filme ‘O grande ditador’ de Charles Chaplin, um ícone da época, tão decantado pelos modernistas”. Isso seria, por um lado, “a tradução da decadência do protagonista do romance, poderoso homem do campo que não consegue situar-se harmoniosamente na cidade” e, por outro lado, a “alegoria da queda de toda uma classe social, o canto do cisne da oligarquia rural, na passagem do bastão do poder para a burguesia urbana” (BUENO, 1997, p. 19).

Assim como enuncia/denuncia Maillard em relação à pouca atenção que tem sido dada ao romance *A Capital*, de Avelino Fóscolo, analisado anteriormente, Gomes chama atenção para uma questão similar vivida pelo livro de João Alphonsus. Usando uma afirmação de Milton Campos, que dizia ser sua obra “sincera e natural, sem artifício, sem bovarismo”, Bueno se vale dela para dizer que valeria “a pena recolocar em discussão um romance da estatura de Totônio Pacheco de João Alphonsus” (BUENO, 1997, p. 19).

Para finalizar, entremos, então, na “sala” que mais se aproximou da Belo Horizonte da década de 1990 e lidou com o tema das relações raciais na capital mineira. Em *Afro-Horizonte* (Imagem 6), fruto de pesquisas sociológicas sobre o tema, Lídia Avelar Estanislau nos coloca, já no primeiro parágrafo, em contato com um diagnóstico sobre a produção e interesse pelo assunto, num tom provocativo: “entre os anos 20 e o final dos anos 60 deste século a bibliografia sobre Belo Horizonte, que em dezembro completa cem anos, resumia-se a 17 títulos. Entre 1990 e 1994 foram produzidos 196 estudos

sobre a cidade” (ESTANISLAU, 1997, p. 22). Quais os significados desses dados? Seria a capital mineira marcada pelo conflito de raças? Ou, ao contrário, esses dados são índices de uma “democracia racial” em Belo Horizonte, que marcaria exatamente a ausência do conflito?

Ao seguirmos as argumentações da autora, somos informados, em uma continuidade com a primeira parte do diagnóstico apresentado, que “nos últimos dois anos as pesquisas sobre a *Capital do Século* cresceram, embora permaneça um ponto obscuro nas análises: a ausência de dados sobre os descendentes de africanos na cidade”. Mesmo com o aumento da produção em várias áreas das ciências humanas, “na passagem de *curral del rei* para *belo horizonte* republicano o povo negro tornou-se invisível” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Estanislau recorre a estudos sobre a escravidão no século XIX, especialmente sobre Minas Gerais, na tentativa de rastrear onde se encontrava o maior contingente de escravos. Amparada em pesquisas históricas sobre o tema, afirma que, em sua maioria, esse con-

tingente não estava apenas na cafeicultura, “mas também nas atividades industriais de siderurgia e têxteis assim como nos anos finais da década de 1880. [...] ao trabalho de muitas das escravas fiandeiras e tecedeiras veio se somar o trabalho do escravo de aluguel, como opção preferencial das empresas mineradoras estrangeiras”. Essa prática, de uma forma geral, teria dotado os negros escravos de certa mobilidade, somando-se algumas oportunidades de ganhos. “A mobilidade e a concentração de escravos na região

do Curral del Rei, reforçam a hipótese de que a construção de Belo Horizonte, que se inicia apenas seis anos após a Lei Áurea, tenha absorvido expressiva força de trabalho negra” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Entre os indícios de uma forte presença negra na cidade de Belo Horizonte, Estanislau recorre à publicação da revista modernista *leite criôlo*, que existiu na capital entre junho e setembro de 1929¹². Para a pesquisadora, “quaisquer que sejam as análises de seus diretores ou críticos, alguns anos mais tarde, apoia a hipótese da forte presença negra em Belo Horizonte, pois pretendeu combater a ‘antropofagia paulista com uma vacina africana: bantu” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Não entraremos nas discussões sobre as disputas e aproximações entre o modernismo paulista e o mineiro, nem sobre as várias análises já disponíveis sobre o tema; também não entraremos na discussão sobre o caráter racista (ou não) da *leite criôlo*. Vale destacar, entretanto, que nela estiveram

12 Nela, publicaram Cyro dos Anjos, João Alphonsus, Marques Rebelo e Carlos Drummond, que colaborou três vezes, em uma delas sob o pseudônimo de Antonio Crispim. A folha era dirigida por três jovens literatos: João Dornas Filho, Guilhermino César e Achilles Vivacqua.

Afro-Horizonte

Lídia Avelar Estanislau

Entre os anos 20 e o final dos anos 60 deste século a bibliografia sobre Belo Horizonte, que em dezembro de 1997 completa cem anos, reunia-se a 17 títulos. Entre 1990 e 1994 foram produzidos 196 estudos sobre a cidade. Os analistas atribuem esse interesse dos pesquisadores, aos cursos de Urbanismo, Sociologia, Ciência Política e Educação, ao nível da pós-graduação, consolidados na década de 70.¹ Nos últimos dois anos as pesquisas sobre a *Capital do Século* cresceram, embora permaneça um ponto obscuro nas análises: a ausência de dados sobre os descendentes de africanos na cidade. Ainda que a partir de 1988, ano do centenário da Lei Áurea, o interesse dos estudiosos e pesquisadores sobre os negros no Brasil tenha se ampliado e uma releitura do escravismo venha sendo produzida, inclusive na ótica dos próprios negros, na passagem de curral del rei para belo horizonte republicano o povo negro tornou-se invisível.

Os estudos disponíveis sobre o século XIX chamam atenção para o fato de que em Minas Gerais, às vésperas da Lei Áurea, encontravam-se o maior contingente de escravos envolvidos não só na cafeicultura, mas também nas atividades industriais de siderurgia e têxteis. Nos anos 80 do século passado, o trabalho de muitas das escravas fiandeiras e tecedeiras veio se somar o trabalho de escravos de aluguel, como opção preferencial das empresas mineradoras estrangeiras. A prática do aluguel de escravos, que vigorava em Minas Gerais desde o período colonial intensificou-se, quando a compra direta inviabilizava-se legalmente. Tal prática dotou os negros escravos de mobilidade, que permitia a rápida concentração de força de trabalho onde se apresentassem melhores oportunidades de ganho.

Concentração que se ampliou pela permanência dos negros próximos a seus amigos e parentes.² A mobilidade e a concentração de escravos na região do Curral del Rei, reforçam a hipótese de que a construção de Belo Horizonte, que se inicia apenas seis anos após a Lei Áurea, tenha absorvido expressiva força de trabalho negra.

Tal hipótese apoia-se na marcante presença do povo negro na cidade hoje, além do que a própria memória da ocupação do território da capital mineira tem revelado. A ocupação urbana no sentido periférico-centro é indicadora de que para Belo Horizonte veio um número expressivo de trabalhadores.

Nos dados do Censo de 1920 o número de operários é relativamente alto - 30,43% da PEA (População Economicamente Ativa) - evidência do processo migratório daqueles excluídos dos planos da Comissão Construtora, que projetou um Bairro de Funcionários, mas não planejou sequer uma vila operária. A cidade desenhada na prancheta intensificou a segregação territorial entre os trabalhadores, e para os negros sobretudo, antes como agremiação, a ocupação da periferia insalubre e insípida.

Se a política imigratória e colonizadora, entre 1890 e 1930, foi tímida e bem osada, mas capaz de deixar as marcas dos imigrantes italianos em Belo Horizonte, os marcos do povo negro na cidade, são na verdade, bem mais fortes. Dados levantados nos arquivos eclesiais de Mariana e Belo Horizonte evidenciam a presença majoritária de negros, escravos, forros, nas vilas e povoados. O Atrial do Curral del Rei aparece no roteiro das visitas pastorais, as famosas devassas, com frequência significativa a partir de 1734. Na Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro há referência documental no Quilombo do Curral del Rei, por volta de 1781. A população

657.590 escravos e 7.249 forros, entre 1735 e 1749. As comarcas de Mariana, Vila Rica e Sabará concentravam o maior número de negros, segundo a documentação do Arquivo Público Mineiro. Em 1808, a população negra da Vila de Sabará, que compreendia o Curral del Rei, era de 82,5%. E o povoado de Belo Horizonte só se desmembrou de Sabará, quando o lugar foi aprovado pelo Congresso Constituinte para ser a sede da nova capital das Minas Gerais.

O comandante da força policial importada de Sabará para controlar os trabalhadores durante a construção de Belo Horizonte, foi um negro recolhido a dedo para lidar com “operários e pessoas do povo de todos as nacionalidades e de costumes diversos, entre os quais havia muitos valentes, malfeitores, gente sem moral”, escreveu Abílio Barreto em sua *Memória Histórica e Descritiva de Belo Horizonte*, qualificando o temido Capitão Lopes como *moreno-escuro*. Como também foram negros os capitães do mato contratados para expor quilombolas nas Minas, desde 1715.

Embora a bibliografia disponível sobre os trabalhadores em Belo Horizonte seja pequena, alguns estudos pioneiros comprovam a presença dos negros, assim como já registram as primeiras mobilizações de classe na histórica Rua da Bahia, tombada como patrimônio cultural da cidade em 1994.³

Oficialmente inaugurada em 1892, Belo Horizonte permaneceu em construção até meados dos anos 10 do século XX. Na década seguinte, a vida cultural da cidade ganhou impulso, respectivamente em 1922, com a inauguração da Estrada de Ferro, em 1924, com a visita da *Corvona Paulista*, em 1925, com o lançamento de *A Revista*, do grupo de Carlos Drummond de Andrade; em 1927, com a criação da Universidade de Minas Gerais pela agregação das escolas de Direito, Medicina, Engenharia, Odontologia e Farmácia; em 1929 com a publicação de *Leite Criôlo*.⁴ Na análise de Beatriz Nascimento Gomes, incorporada por Antônio Sérgio Bueno, o racismo e as manifestações preconceituosas são tópicos em *Leite Criôlo*, que somos ainda tratados como se vivêssemos sob o escravismo. Um de seus diretores, o negro João Dornas Filho, narrou uma experiência pessoal em que leve uma desavença com um garçom, também negro, mediada por um policial, negro também, no Belo Horizonte dos anos 20, muito embora os três se reconhecessem como “mulattos”. A edição de *Leite Criôlo*, de junho a setembro de 1929, quaisquer que sejam as análises de seus diretores ou críticos, alguns anos mais tarde, apoia a hipótese da forte presença negra em Belo Horizonte, pois pretendeu combater a “antropofagia paulista com uma vacina africana: bantu”.⁵

O silêncio e a invisibilidade sobre os negros belo-horizontinos foram ocasionalmente quebrados, mas há muito a ser pesquisado, ainda. Nunca é demais reiterar que a queima de arquivos, promovida por Rui Barbosa, não destruiu completamente a documentação sobre a migração forçada de africanos para o Brasil. Os pesquisadores que se debruçam sobre a destigmatização e a censura no tratamento da questão do negro no Brasil, registram que ficou abandonada pela historiografia toda a fermentação social dos anos 80 do século XIX.

Assim, em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, há os que reduzem a cultura negra somente às manifestações artesanais. Há os que a tratam como uma expressão secundária, sem influência sobre a vida e o pensamento das

Imagem 6 – Afro-Horizonte (1997)

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Letras/UFMG

presentes os alguns de nossos personagens referidos neste trabalho como, por exemplo, João Alphonsus e Carlos Drummond. Além disso, teve um de seus primeiros estudos feito pelo pesquisador, também presente nas páginas deste texto, Antônio Sérgio Bueno, para quem “o racismo e as manifestações preconceituosas são tão fortes em *Leite Criolo*, que somos ainda tratados como se vivêssemos sob o escravismo” (ESTANISLAU, 1997, p. 22).

Ainda para a autora, e a título de conclusão,

[...] em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, há os que reduzem a cultura negra somente às manifestações artesanais. Há os que a tratam como uma expressão secundária, sem influências sobre a vida e o pensamento das pessoas. Há os que a consideram meramente como *folclore*, desconsiderando a visão de mundo que a sustenta e a partir da qual foram construídas alternativas políticas contrárias aos interesses das elites. Nas rodas de capoeira angola, nos congados, nas centenas de comunidades-terreiro espalhadas por toda a cidade afirma-se um Afro-Horizonte (ESTANISLAU, 1997, p. 23).

Aqui, pode-se dizer que chegamos ao final da caminhada pelos meandros dessa edição especial do *Suplemento* sobre o centenário da capital mineira.

Algumas considerações, entretanto, se fazem necessárias – o que pode, talvez, mostrar que estamos apenas no início do percurso.

Primeiramente, falemos das ausências ou silêncios percebidos nessa edição especial sobre Belo Horizonte. Foi de uma grande surpresa não figurar em nenhuma das 24 páginas, a não ser pela pequena participação de Laís Corrêa de Araújo,¹³ qualquer menção à história do próprio caderno de cultura. Se em toda construção de uma memória também está presente a dimensão do esquecimento, ao mesmo tempo em que não nos é possível (nem desejável) lembrar de tudo que se passou – e justamente isso confere a sua dinâmica um caráter político –, como entender essa escolha? Seria essa uma escolha deliberada ou simplesmente um passado recente sobre o qual não é manifestado interesse?

Uma narrativa concisa e resumida so-

¹³ Laís integrou a primeira equipe do *Suplemento Literário*, que teve o seu surgimento em 1966, como caderno de cultura do jornal *Minas Gerais*. Fizeram também parte de sua criação os escritores Murilo Rubião e o filólogo e também escritor Aires da Mata Machado Filho. Todos foram ocupantes de cargos públicos de administração e edição do impresso. A saída de Laís como responsável por uma coluna fixa na publicação data de 1969. A partir de 1970, ela passou a exercer a função de assessora técnico-cultural da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa.

bre a história do *Suplemento Literário* nos mostraria a trajetória de um sucesso editorial. Dentro de uma tradição da cidade que foi marcada por publicações com durações efêmeras, esse caderno de cultura se sobressaiu, de maneira singular, sobre todas as demais, desde as primeiras revistas ou cadernos de cultura surgidos nos anos 1920. Não obstante o *Suplemento Literário* ter tido problemas com a censura do final da década de 1960 e durante a década de 1970, conseguiu sobreviver e manter-se durante a Ditadura no Brasil.

Outra questão curiosa é a ausência de qualquer menção à chamada *Geração dos Novos*, também identificada como *Geração Suplemento*, surgida com as publicações de jovens escritores na época de criação do *Suplemento Literário* e que significou, para muitos deles, o momento de estreia e o alavancar de suas trajetórias como escritores. Vários são os nomes que poderíamos citar, como, por exemplo, Duílio Gomes, Adão Ventura, Humberto Werneck, Sebastião Nunes, Jaime Prado Gouvêa, Márcio Sampaio, Henry Corrêa de Araújo, José Márcio Penido, Libério Neves, Luiz Vilela, Sérgio Sant'Anna, Lucienne Samôr, Luís Márcio Vianna,

Carlos Roberto Pellegrino, João Paulo Gonçalves, Luis Gonzaga Vieira e Wander Piroli¹⁴.

Um desdobramento possível de tais escolhas se mostra na ausência de referência a formas de manifestações culturais que têm a cidade de Belo Horizonte como tema e palco. De uma forma geral, não foram mencionadas as manifestações que não as do âmbito da literatura das primeiras décadas do século XX, com um pequeno desvio para o caso do exílio e memórias de Sylvio de Vasconcellos e os dois poemas mencionados. A imagem formada que temos é de uma cidade sem música, cinema, teatro, artes plásticas, arquitetura... Seria, então, Belo Horizonte a cidade/capital da literatura? Ou esse é o preço que se paga por se cultuar sempre os mesmos nomes como grandes monumentos à cultura e manifestação do pensamento de uma cidade?

Chamo atenção para mais um aspecto: a ponte criada entre os anos de 1990, década das comemorações, com os

¹⁴ Sobre os "Novos" na história da literatura, ver as dissertações de Nunes (2012) e Maroca (2009). Ainda sobre o grupo de escritores, Luiz Vilela escreve um romance, publicado em 1971, ambientado na cidade de Belo Horizonte, que foi intitulado *Os Novos*.

anos 1920 e com o passado colonial mineiro, período do auge da mineração. Esse corte temporal, pensando apenas no século XX, sugere uma tábua rasa das décadas de 1940 a 1980, como se existisse um fosso sem cultura nesse período da capital. Essa curiosa máquina da memória parece funcionar em uma lógica da monumentalização cultural das décadas de 1920 e 1930 no que tange à criação e alimentação de mitos. Uma hipótese possível seria a importância da história do modernismo no Brasil e as suas relações com a cidade de Belo Horizonte¹⁵, o que não explicaria a ausência da história das artes plásticas, por exemplo, nas páginas do *Suplemento*, principalmente sobre a década de 1940, período marcado pela mudança e estabelecimento na cidade do pintor Alberto da Veiga Guignard¹⁶.

Infelizmente, não sabemos quantas pessoas leram essa edição “especial”

15 A historiografia sobre o modernismo no Brasil, como afirmado neste artigo, é ampla e vasta e não faremos um levantamento das principais discussões e seus alcances. Vale ressaltar que, para o Fernando Correia Dias, que publicou vários trabalhos sobre o tema em Minas, em 2012 ainda afirmava que poderia “se considerar o movimento modernista como o mais relevante fenômeno literário ocorrido no Brasil no século XX” (DIAS, 2012, p. 11).

16 Guignard veio para Belo Horizonte, em 1944, a convite do então prefeito Juscelino Kubistchek para iniciar um curso de desenho e pintura no recém-criado Instituto de Belas Artes. O pintor passou a residir na cidade até a sua morte, em 1962. Para uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto, ver Ávila (1997a) e Vivas (2012).

em homenagem ao centenário da cidade de Belo Horizonte e, não menos importante, como a leram. Como historiadores situados no presente da pesquisa e movidos por questões de nosso tempo, resta-nos indagar esse passado, reunir alguns fragmentos, fazer algumas conexões que, como um colecionador, pretende montar um mosaico sempre instável e momentâneo a partir das pegadas deixadas nos percursos feitos por aqueles que vieram antes de nós. Escolher um caderno de cultura como fonte documental para análise histórica nos abre uma possibilidade, e um desafio, de pensar a cidade para além e aquém de seus âmbitos físicos como nos sugere Martín.

Las ciudades no son solamente ámbitos físicos dominados por la materialidad de sus calles, sus parques, sus edificios y sus señales. Las ciudades se configuran también como imágenes, y éstas pueden ser tanto las de los planos de los arquitectos que las ordenan, como las recreadas por artistas plásticos, literatos, músicos, cineastas o comunicadores sociales. Al final, la ciudad se vuelve densa, cargada de fantasías heterogéneas, de ficciones individuales y colectivas (MARTÍN, 2014, p. 286).

Entender uma publicação dessa natureza, com suas características específicas e vinda a público com um fim explícito – como veículo enunciador de um discurso autorizado e respaldado pelo poder público –, basta lembrarmos que esse material está ligado a um órgão oficial da Secretaria de Estado da Cultura, é um fator de suma importância para entendê-lo, também, como um sujeito nesta densidade formadora da trama da cidade. Como nos informam Silva e França (1997, p. 432), a mídia tem que ser pensada “como (também) enunciadora de outras tantas mensagens e sentidos sobre a cidade e o centenário”.

Ainda em concordância com as sugestões das pesquisadoras, ressaltamos a necessidade de se tomar as diversas mídias (TV, jornal, revistas, panfletos etc.) em suas dinâmicas, características e temporalidades singulares¹⁷.

Com relação à intervenção da mídia, duas imagens-clichê devem [ser] afastadas. A primeira delas é pensar nos meios de comunicação (jornais, rádio, tv) como ins-

¹⁷ Data também do final da década de 1970 o interesse em pesquisas com o uso da imprensa, com os jornais e revistas passando a ocupar lugar dos mais destacados nas pesquisas históricas. Segundo Tania Regina de Luca (2006, p. 315), “mesmo uma leitura superficial dessa produção revela o quanto tem variado as formas de utilização e as perguntas dirigidas a esse tipo de documentação. [...] Há uma significativa produção que, tomando jornais e revistas como objeto, revelam o quanto as notícias e as polêmicas neles contidas subordinam-se a interesses de grupos variados”.

tâncias meramente transmissivas: os fatos acontecem, os sujeitos autorizados pronunciam seus discursos e a imprensa divulga. Não é assim; a mídia é um campo específico, que se autonomizou com relação aos outros campos, isto é, funciona por meio de uma lógica própria, desenvolveu modos operatórios (e linguagens) específicos. [...] O segundo equívoco é tomar a mídia como o lugar da construção dos acontecimentos (a máxima “o que não passou na mídia não aconteceu” tem seus limites). É como lugar “entre”, espaço de mediação, que ela se constitui: os meios de comunicação não “constroem” fatos à revelia da intervenção e dos interesses dos sujeitos sociais (SILVA & FRANÇA, 1997, p. 434).

Outra dimensão que não podemos perder de vista é o caráter pedagógico e unificador que é acionado por iniciativas dessa natureza, que tem por objetivo garantir determinadas memórias ou impor a perda da lembrança.

Enfim, entendemos que, ao contribuir para um processo de monumentalização da cultura, como visto neste ensaio, o *Suplemento* também se monumentaliza e, como tal, serve ao historiador, e aos demais pesquisadores das ciências humanas, como documento e fonte para a investigação. Nesse sentido, também se abre como uma pista para acessarmos as várias dimensões da vida nas cidades e a sua história.

Referências

ARAÚJO, Laís Correa de. Viver em Beagá. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 15, dez. 1997.

ÁVILA, Carlos. BH 100. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 2, dez. 1997.

ÁVILA, Cristina. Guignard, as gerações pós-Guignard e a consolidação da modernidade. In: RIBEIRO, Marília Andrés; SILVA, Fernando Pedro da. *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 1997a. p. 168-240.

BENJAMIN, Walter. H - O colecionador. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 237-246.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Biblioteca da Faculdade de Letras/UFMG. Disponível em: <<http://150.164.100.248/WebSupLit/Lib/html/WebSupLit.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BUENO, Antônio Sérgio. O campo e a cidade em Totônio Pacheco. *Suplemento* (Especial), Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 18-20, dez. 1997.

DIAS, Fernando Correia. BH intelectual segundo Drummond. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 3-7, dez. 1997.

_____. Prefácio. In: FILHO, Amilcar Martins; ARAÚJO, Cleber Cabral. *1929 leite crioulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar, 2012.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. Afro-Horizonte. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 22-23, dez. 1997.

FRISBY, David. *Paisajes urbanos de la modernidad*: exploraciones críticas. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

GINZBURG, Carlo. Introdução. In: _____. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Paulo Augusto. A Belo Horizonte de Sylvio de Vasconcellos. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 14-16, dez. 1997.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade*: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*: o lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

MALARD, Letícia. ARQVIVO: Avelino Fóscolo: 1864/1944. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 12-13, dez. 1997.

MAROCA, Viviane Monteiro. *Nos rastros dos novos*: o fazer crítico e literário dos contistas do Suplemento Literário do Minas Gerais (1966-1975). 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

MARTÍN, Miguel Ángel Chaves. Artistas y espacio urbano: la representación de la ciudad en el arte contemporáneo. *Historia y Comunicación Social*, v. 19, n. Especial, p. 277-288, mar. 2014.

NUNES, Eliana Miriam Ferreira. *Geração suplemento*: memória e representação cultural. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto. 2012.

RÉMOND, René. Do político. _____ (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, mês, 1995. p. 9-22.

SALLES, Ricardo Teixeira de. Memorial do Horizonte. *Suplemento* (Especial). Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, n. 32, p. 10-11, dez. 1997.

SCHORSKE, Carl E. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: _____. *Pensando com a história*: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Viena fin-de-siecle*: política e cultura. Campinas: Unicamp; São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Regina Helena Alves da; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Belo Horizonte fez 100 anos. *Projeto História*. São Paulo, v. 17, p. 429-439, jul./dez. 1998.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Gilberto. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.11-25.

VIVAS, Rodrigo. *Por uma história da arte em Belo Horizonte*: artistas, exposições e salões de arte. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.